

## Revisão

### O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) como instrumento de avaliação em larga escala: Expedições pelo ensino

#### The basic education development index (IDEB) as a large scale evaluation instrument: Education expeditions

Francisco Renato Lima<sup>1</sup>, Gerlan Almeida de Oliveira<sup>2</sup>

Graduado em Pedagogia (UNIFSA) e Letras – Português/Inglês (IESM). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Professor Substituto (Auxiliar Nível – I) da Universidade Federal do Piauí, lotado no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE). Email: [fcorenatolima@hotmail.com](mailto:fcorenatolima@hotmail.com)<sup>1</sup>  
Graduado em Pedagogia pela Faculdade Evangélica do Piauí (FAEPI). Graduando em Química pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: [gerlan91almeida@gmail.com](mailto:gerlan91almeida@gmail.com)<sup>2</sup>

## RESUMO

Os sistemas de avaliação educacional no Brasil funcionam como válvulas reguladoras das políticas públicas de investimento em educação e como parâmetro norteador das práticas pedagógicas de sala de aula. O exemplo disso são as metas previstas através da realização das provas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Objetivamos neste estudo, analisar a relevância da avaliação institucional em larga escala, especialmente, os dados indicadores do IDEB, tomando-o como parâmetro de qualidade do ensino na educação básica. Partimos de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com base nas leituras de Penin; Martínez (2009), Pimenta (1999), Shön (2000), Tardif (2002), Utsumi (2006), Zeichner (1993), entre outros; que aliados análise documental dos resultados do IDEB, disponíveis na Internet, em sites oficiais do Ministério da Educação (MEC), possibilitaram um levantamento dos principais desafios, avanços e perspectivas desse indicador de qualidade da educação básica. Constatamos assim, que os resultados dessas avaliações, tanto na esfera nacional, estadual e municipal, são utilizados como subsídios para formulação e reformulação de políticas públicas, que além de ajudar na gestão da educação, contribuem para a construção de parâmetros e indicadores comparativos de qualidade, que servem como base para a tomada de decisões futuras no âmbito pedagógico e educacional.

**Palavras-chave:** Avaliação Educacional. IDEB. Metas e Resultados. Prática pedagógica.

## ABSTRACT

The systems of educational evaluation in Brazil act as regulating valves of the public policies of investment in education and as a guiding parameter of the pedagogical practices of the classroom. The example of this is the goals set by conducting the tests of the Basic Education Development Index (IDEB). The purpose of this study was to analyze the relevance of large-scale institutional evaluation, especially the IDEB indicator data, taking it as a parameter of quality of education in basic education. We start from a bibliographical research, of qualitative approach, based on the Penin readings; Martínez (2009), Pimenta (1999), Shön (2000), Tardif (2002), Utsumi (2006), Zeichner (1993), among others; which allied documentary analysis of the results of the IDEB, available on the Internet, on official websites of the Ministry of Education (MEC), enabled a survey of the main challenges, advances and perspectives of this basic education quality indicator. Thus, the results of these evaluations, both at the national, state and municipal levels, are used as subsidies for the formulation and reformulation of public policies, which, besides helping to manage education, contribute to the construction of parameters and comparative indicators of quality, which serve as a basis for making future educational and educational decisions.

**Key-words:** Educational Evaluation. IDEB. Goals and Results. Pedagogical practice.

## Considerações iniciais

[...] o saber é considerado como resultado de uma produção social, sujeito a revisões e reavaliações, fruto de uma interação entre sujeitos, fruto de uma interação lingüística inserida num contexto e que terá valor na medida em que permite manter aberto o processo de questionamento

(NUNES, 2001, p. 34)

O sistema educacional brasileiro, com o comprometimento educacional, de avaliar o desenvolvimento das capacidades do aluno no processo de aprendizagem, utiliza-se da avaliação educacional em larga escala, principalmente, para expressar a qualidade dos saberes que foram construídos e a profundidade com a qual são estabelecidos, permitindo-lhes uma análise e possíveis investimentos, que possam fazer com que os alunos aprendam cada vez mais e sejam atingidos os objetivos desejados, com vistas a uma educação de qualidade para o futuro do país.

Com isso, tem-se uma grande preocupação em relação ao alcance de metas através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), uma vez que os resultados dessa avaliação possibilitam um conhecimento sobre a qualidade do ensino, proporcionando também, uma ênfase nos diversos fatores históricos, sociais, culturais, políticos e ideológicos que colaboram para a construção desses resultados.

Até a criação do IDEB, os grandes indicadores que mostravam a real situação do País com relação à educação, eram analisados de forma independente. Com sua criação, em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os resultados começaram a serem analisados e de forma conjunta e as escolas começaram a se perceber com um novo

desafio, o de garantir um melhor aprendizado para que os alunos consigam avançar diante de suas vidas escolares a cada novo ciclo, o que pressupões também, um maior investimento em ações políticas, que garantam um melhor ensino e aprendizagem dos alunos, buscando diminuir as taxas de reprovação, além de melhorar as condições de escolaridade, entre outros fatores.

Diante desse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a relevância da avaliação institucional em larga escala, especialmente, os dados indicadores do IDEB, tomando-o como parâmetro equilibrador da qualidade do ensino na educação básica. Os resultados obtidos com essa avaliação têm evidenciado a relação entre as características das políticas públicas educacionais e as práticas escolares associadas, como fator que contribui para a melhoria do fluxo escolar e do desempenho dos estudantes, tanto em âmbito nacional, estadual e municipal.

No cotejo desse objetivo, partimos de uma pesquisa bibliográfica (PENIN; MARTÍNEZ (2009), PIMENTA (1999), SHÖN (2000), TARDIF (2002), UTSUMI (2006), ZEICHNER (1993), entre outros), de abordagem qualitativa, realizada através de análise documental dos resultados do IDEB, disponíveis na Internet, em sites oficiais do Ministério da Educação (MEC). Esse levantamento possibilitou o acesso aos dados das três esferas administrativas: União, estados e municípios, o que neste trabalho,

corresponde aos resultados em nível de Brasil, Piauí e Castelo do Piauí.

Esses dados ilustram, sobretudo, os desafios, os avanços e as perspectivas educacionais, no sentido de medir a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecer metas para a melhoria do ensino, considerando-se nesse processo, a importância da prática pedagógica e a ação do professor, aspectos que também são contemplados na tessitura textual deste estudo.

### **Avaliação educacional em larga escala**

A educação escolar constitui um fenômeno de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade, entretanto, o atual quadro dessa realidade, aponta que temos um grande caminho a trilhar em busca de melhorar as condições de qualidade do ensino e aprendizagem que é oferecido para os alunos. Essa educação só faz sentido para todos, quando a aprendizagem é traduzida em valores, que são levados por toda a vida, tornando as pessoas melhores, que realmente façam a diferença dentro da sociedade que pertencem.

Em busca de resultados, existe dentro do ambiente educacional, avaliações que medem o rendimento dos alunos, tanto internamente, ou seja, dentro da escola, que possui o papel de avaliar o desempenho perante os conteúdos que são aplicados

durante o ano letivo pelo professor, como parte de seus fazeres pedagógicos; e avaliações externas, realizadas com o caráter de avaliar o desempenho escolar em larga escala, de natureza sistemática, aplicada por agentes externos à escola. Tanto uma quanto a outra, têm que estarem presentes na pauta de discussões das escolas, para que de fato sejam cumpridas com o seu papel, que é de obter resultados efetivos para a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos.

Dentre essas avaliações externas, podemos citar: i) Provinha Brasil, realizada com aluno do 2º ano do Ensino Fundamental; ii) Prova Brasil, realizada com alunos do 5º ao 9º Ano e alunos do 3º Ano do Ensino Médio; iii) Prova do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), realizada com alunos do quinto e nono ano do Ensino Fundamental; iv) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado com alunos concluintes do 3º ano do Ensino Médio; v) Prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), realizado com alunos de cursos de Ensino Superior, a fim de avaliar a credibilidade e a qualidade dos cursos ofertados pelas instituições.

Sobre essa questão, Penin; Martínez (2009, p. 23-24) reforçam a importância da avaliação interna e externa como alternativa para refletir sobre a prática educativa e a necessidade de informar os resultados para todos:

[...] no âmbito interno, possibilita a avaliação como instrumento de ação formativa, levando instituições e os professores a refletirem a respeito de suas práticas e de seus objetivos e, assim, a melhorar sua ação docente e sua identidade profissional. Por outro, em âmbito externo, oferece informações para que tanto os pais quanto a sociedade, especialmente os sistemas de ensino, possam efetivar um relacionamento produtivo com a instituição escolar. Apurar os usos da avaliação, comparar resultados e comportamento de entrada dos alunos em cada situação e contexto social e institucional é da maior importância para não homogeneizar processos que são de fato diferentes.

Buscando a melhora da qualidade da educação, as avaliações em larga escala avaliam o desempenho dos alunos em determinados períodos de escolaridade, em fatores de meios sociais. Essas avaliações são utilizadas como subsídios para organizações, formulações e reformulações de políticas públicas, que além de ajudar na gestão da educação em níveis estaduais e municipais em suas respectivas escolas, onde essas avaliações colhem indicadores de comparações, servem como base para a tomada de decisões futuras no âmbito educacional.

Para que aconteça a conquista de bons resultados perante essas avaliações de larga escala em todo território nacional, é necessário um trabalho efetivo da equipe de gestores e dos professores de suas respectivas escolas, em relação aos conteúdos a serem trabalhados no ano letivo, que em seus planejamentos tentem implantar simulados e provas anteriores, por exemplo, do IDEB ou do ENEM em seus determinados níveis de escolaridade, preparando assim, os alunos de uma melhor forma, para que possam encarar cada uma dessas provas em seus devidos períodos e faixas etárias no decorrer de suas vidas escolares.

Neste estudo, focamos no IDEB, analisando seu papel como instrumento de avaliação, conforme discutimos a seguir.

### **O IDEB como instrumento de avaliação**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi criado no ano de 2007 e procura apresentar iniciativas pioneiras

no sentido de reunir em um único indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Procurando agregar os resultados da avaliação em larga escala do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, que permitem a elaboração de metas na qualidade da educação para o sistema educacional.

O indicador do IDEB é calculado a partir de levantamento de dados sobre aprovação escolar, que são obtidas através do Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do INEP, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), realizado nas unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil, realizada nos municípios. Esses dados são coletados a cada dois anos, tendo como metas estabelecidas pelo INEP, com o diferencial em cada escola e rede de ensino, buscar alcançar o objetivo de 6 pontos até o ano de 2022, que é a média correspondente ao de sistemas educacionais de países desenvolvidos.

Com os resultados obtidos no IDEB, temos uma ampla possibilidade de mobilização da sociedade a favor da educação do país, pois esse índice é comparado em todo território nacional e logo em seguida, os números são expressos em valores, os dados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

O IDEB é mais que um indicador estatístico. Foi criado como um condutor de políticas públicas para a melhoria da qualidade de ensino da educação do país, nas três

esferas de poder: federal, estadual e municipal. Os seus resultados e suas atualizações traçam um diagnóstico da situação educacional em todas as referidas esferas, a fim de projetar metas, tanto individuais quanto intermediárias, com o intuito de incrementar e melhorar a qualidade da educação no País.

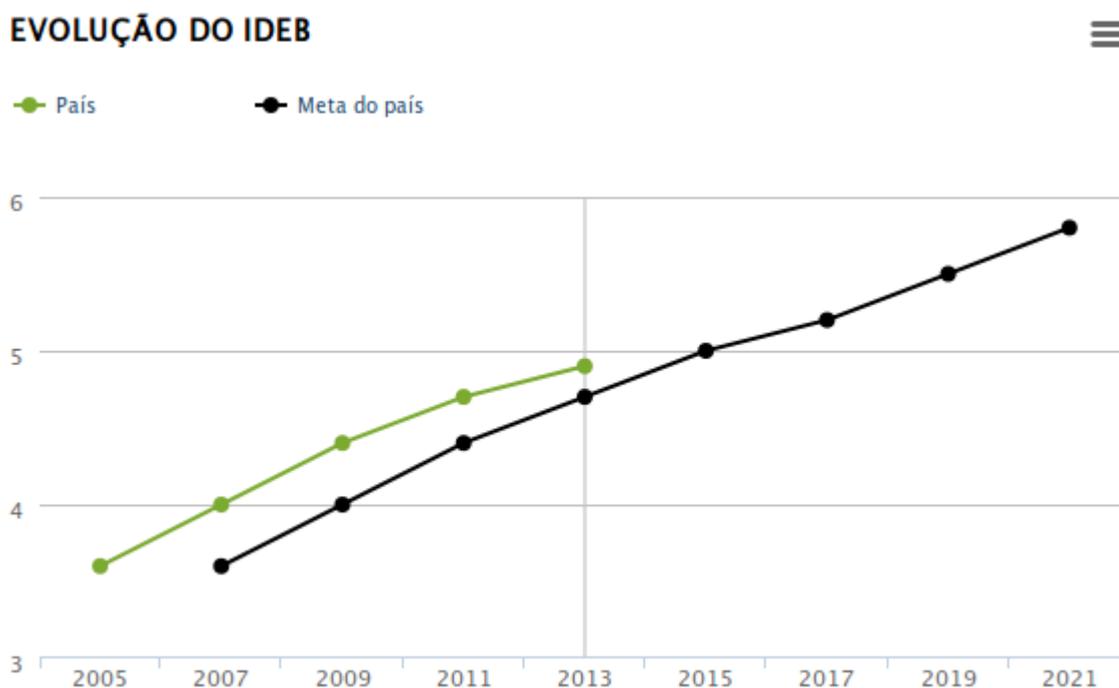
As metas são os caminhos que irão ser traçados para a evolução dos índices, para que o Brasil possa atingir o patamar educacional que tem a média dos países da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCED). No Brasil, essas metas foram instituídas em 2005 e é realizado a cada dois anos um novo IDEB, para uma nova

análise. A média nacional registrada no ano de 2016 é de 3,8 para um IDEB igual a 6,0, na primeira fase do Ensino Fundamental.

Essas metas são diferenciadas para cada rede, por isso, estados, municípios e escola devem melhorar seus índices e contribuir para que o Brasil possa chegar à meta 6,0 em 2022, tendo-se em vista que as escolas com maiores dificuldades, de acordo com as metas são exigidas uma concentração e esforços maiores, afim de atingir uma melhora mais rápida da desigualdade existentes entre as esferas.

No Gráfico 01, podemos notar a evolução do País no IDEB.

**Gráfico 01:** Evolução do IDEB – meta do País



Fonte: < <http://academia.qedu.org.br/ideb/metlas-do-ideb/> >. Acesso em: 06 abr. 2016.

Analisando o Gráfico 01, podemos notar que, ao longo dos anos, tem-se alcançado um desempenho acima do

esperado. Em cada ano de aplicação de provas do IDEB, desde quando o mesmo foi adotado como análise da educação básica em 2005, com uma nota estipulada de 3,8. Analisando o último IDEB, que foi realizado no ano de 2013,

obteve-se uma nota equivalente a 4,9, o que corresponde a um crescimento de 1,1 no índice. Assim, com relação às metas previstas, os resultados são surpreendentes, pois as notas a cada ano, sempre são maiores que as expectativas.

Na Tabela 01, a seguir, temos um melhor entendimento em relação as notas obtidas nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e também os resultados alcançados no Ensino Médio.

**Tabela 01: IDEB - Resultados e Metas**

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e Projeções para o **BRASIL**

<b>Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b>										
	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
<b>Anos Finais do Ensino Fundamental</b>										
	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa										
<b>Ensino Médio</b>										
	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
<b>Estadual</b>	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
<b>Privada</b>	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
<b>Pública</b>	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte: < <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1720982> >. Acesso em: 06 abr. 2016.

As notas destacadas são referente às notas que alcançaram as metas adotadas pelo governo em seus respectivos anos.

Em 2005, o IDEB do estado do Piauí era equivalente a uma nota de 2,6, tendo uma

melhora no ano de 2007 para 3,3 e 3,8 em 2009 e de 4,1 em 2011, mantendo esse mesmo índice em 2013, como pode ser notado no Gráfico 02, abaixo, com as metas previstas e as alcançadas.

**Gráfico 02: Evolução do IDEB – 2013 – evolução do Estado do Piauí**



Fonte: < <http://www.qedu.org.br/estado/118-piaui/ideb> >. Acesso em: 06 abr. 2016.

Observemos agora, na Imagem 01, abaixo, as metas e os índices alcançados pelo Governo do Estado do Piauí nas seguintes

modalidades de ensino: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

**Imagem 01:** Metas e índices alcançados pelo Governo do Estado do Piauí nas modalidades de ensino: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio



Fonte: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/veja-notas-do-ideb-2013-no-ensino-medio-em-todos-os-estados.html> >. Acesso em: 06 abr. 2016.

No IDEB de 2013, o município de Castelo do Piauí atingiu sua meta, mais ainda precisa crescer para atingir a meta 6,0, para

que possa garantir o fluxo adequado, garantindo assim que os alunos possam

continuar aprendendo, como mostra o Gráfico 03:  
03:

**Gráfico 03:** Evolução do IDEB – 2013 – evolução do município de Castelo do Piauí



Fonte: < <http://www.qedu.org.br/cidade/4967-castelo-do-piaui/ideb?dependence=5&grade=1> >.  
Acesso em: 06 abr. 2016.

Os cálculos do IDEB são realizados a partir dos componentes: taxa de rendimento (aprovação escolar) e médias de desempenho nos exames padronizados que são aplicados pelo INEP. Esses índices são obtidos por meio do Censo Escolar, nas quais as médias de desempenho são colhidas através da Prova Brasil e do SAEB. Onde a forma geral é dada por:

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}$$

Assim temos:

$i$  = ano dos exames (SAEB e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da

unidade  $j$ , obtida em determinado ano em que foi realizado o exame;

$P_{ji}$  = indica o rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ ;

Assim podemos concluir que, no decorrer dos anos, desde quando se começou a usar esse método como avaliação da educação básica no país, notou-se uma grande evolução ao serem atingidas as metas, os resultados apontaram no ano de 2013 média de 5,2 para as series iniciais do Ensino Fundamental; de 4,2 para os anos finais do Ensino Fundamental; e de 3,7 para o Ensino Médio. No ano de 2005, quando se começou a utilizar o IDEB, as médias eram muito baixas:

3,8; 3,5 e 3,4. Já em 2007, houve um crescimento para 4,2; 3,8 e 3,5. Nos últimos anos, os números cresceram em todas as etapas de ensino, mesmo assim, ainda são muito inferiores aos de países desenvolvidos que apresentam média 6,0, objetivo a ser alcançado até 2022.

Para que se consiga atingir as metas previstas pelo governo, as três esferas (federal, estadual e municipal), devem se mobilizar e utilizarem os resultados dos índices como parâmetros para orientar a melhoria do ensino das redes de educação. Medidas simples podem fazer muita diferença para a busca dessas metas, como o empenho com o ensino prestado aos alunos, ou seja, o compromisso que os educadores devem demonstrar em sala de aula, pois ainda se tem um longo caminho pela frente até conseguir atingir o grande objetivo.

Desse modo, discutirmos a seguir, sobre a prática pedagógica, a formação docente e a ação do professor nesse processo, apontando para o papel docente na construção da realidade sócio-educacional representada pelos dados estatísticos apresentados neste item.

### **Prática pedagógica, formação docente e ação do professor**

O professor possui um importante papel e ao mesmo tempo, um grande desafio como profissional da educação, pois é um

formador de opinião. É visto como responsável por administrar situações didáticas de aprendizagem que superem os desafios presentes no meio sócio educativo. Para tanto, sua formação precisa ser contínua, através de qualificações, capacitações, aperfeiçoamentos, buscando melhorias para suas práticas de sala de aula.

A prática pedagógica, muitas vezes, é considerada somente, como um ato de repassar ou transmitir conhecimentos específicos, podendo estar ligado apenas a teorias e práticas da docência. No entanto, sua abrangência é muito mais ampla, ela é um “espaço de produção da competência profissional pelos próprios professores” (TARDIF, 2002, p. 291), uma vez que o trabalho docente é “um espaço específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazer específicos ao ofício de professor” (TARDIF, 2002, p. 234).

Os grandes e avanços atuais, decorrentes principalmente do avanço das novas tecnologias, suscitam a reformulação do pensamento sobre a educação básica, em virtude de necessidade de desenvolvimento da capacidade de raciocínio e intelecto do aluno, aperfeiçoamento seu pensamento crítico, levando-os a possuírem iniciativas próprias, sobre os diversos temas a serem abordados na sociedade. Nesse cenário, o professor deve ser visto como:

[...] um profissional cuja competência vai além da aplicação correta de métodos de ensino e de materiais instrucionais e do domínio de um conhecimento a ser transmitido ao aluno. O professor é um ator social, com uma função socialmente determinada e, portanto, diretamente responsável pelos processos educativos institucionais. É, pois, um dos sujeitos centrais do processo pedagógico, considerado em sua subjetividade, sua identidade, seus valores, seus saberes e habilidades (VILELA, 2000, p. 02).

Na busca pelo reconhecimento de seu trabalho, o profissional da educação deve ser capaz de compreender e reconhecer seu atos, buscando fazer uma transformação de sua própria prática, um compromisso que assume consigo mesmo, de forma ética e crítica, assim, “a formação é, na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares (PIMENTA, 1999, p. 29).

Esse perfil docente pressupõe a consciência sobre as nossas ações, numa perspectiva de reconhecimento de valores pessoais que sustentam a condição humana, na análise dos nossos próprios erros, interrogando as práticas de ensino, a fim de melhorá-las cotidianamente.

A reflexão não é simplesmente uma sequência, mas uma consequência – uma ordem de tal modo consecutiva que cada idéia engendra a seguinte com seu efeito natural e, ao mesmo tempo, apóia-se na antecessora ou a esta se refere. As partes sucessivas de um pensamento derivam umas das outras e sustentam-se umas às outras; não vão e vêm confusamente. Cada fase é um passo de um ponto a outro; [...] A correnteza, o fluxo, transforma-se numa série, numa cadeia. (DEWEY, 1959, p.14)

A formação do professor precisa ser baseada fundamentalmente no cidadão, no desenvolvimento de suas habilidades e capacidades, preparando um profissional

Esse compromisso profissional, e ao mesmo tempo, pessoal, faz com que se construa-se uma educação como “processo de humanização” (UTSUM, 2006, p. 73). Assim, é possível perceber que a ação reflexiva é fundamental no processo de ensino e aprendizagem, visto que profissionais críticos, reflexivos, propositivos e revolucionários (SHÖN, 2000 / ZEICHNER, 1993), em seu fazer e em seu pensar, dão nova vida e rumo às estruturas dos modelos educativos, desenvolvem estratégias de aperfeiçoamento das práticas aplicadas, ocasionando assim, uma melhor qualidade no ensino, no educar, na formação, na construção e no viver que o aluno levará para toda a sua vida.

capaz de buscar e produzir novos conhecimentos que reformulem as teorias existentes e contribuam para o fortalecimento das práticas de ensino. No dizer de Pimenta; Ghedin (2002, p. 31):

A formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório. [...] as escolas de formação de professores necessitam ser reconcebidas como esferas contrapúblicas, de modo a propiciarem a formação de professores com consciência e sensibilidade social. Para isso, educá-los como intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia.

Tudo isso, proporciona uma formação docente de qualidade, que se refletirá posteriormente, no trabalho escolar que o professor desenvolverá em sala de aula, com

seus alunos, preparando-os para o exercício crítico da cidadania.

O papel fundamental da escola é garantir educação de qualidade, fazendo com

que os alunos adquiram conhecimentos para toda a vida, que sejam críticos, atuantes e conscientes, que busquem alcançar seus sonhos e objetivos perante aos desafios do mundo moderno. Desafios esses, que exigem do professor, a superação de metodologias e recursos ultrapassados e em lugar disso, empenhem-se em desenvolver propostas, conteúdos e programas inovadores, que contribuam para a construção de novos conhecimentos e a aquisição e otimização de novas competências.

### **Considerações finais**

A educação está relacionada a um processo de constantes mudanças, que a influenciam bastante, fazendo com que a escola – espaço educativo por excelência – precise acompanhar esses grandes acontecimentos, a fim de poder focalizar e contextualizar a realidade sociocultural vivenciada pelos alunos dentro do ambiente escolar. Esse aspecto é verificado de modo especial, na avaliação, no modo como ela é concebida e praticada nos cenários educativos.

Para que consiga estabilizar-se como democrática, cidadã e formativa, a avaliação precisa ter uma convicção de base qualitativa, no modo como concebe e pratica o princípio da heterogeneidade, demonstrado por meio de um acompanhamento diferenciado, tanto do ensino como da aprendizagem, buscando uma evolução na qualidade da educação.

Nesse ponto, o IDEB se põe a serviço dessa construção, uma vez que seus resultados servem para balizar a construção de

Portanto, o educador é, na verdade, um mediador entre os conhecimentos a serem trabalhados e construídos pelos alunos. Ele deve desenvolver estratégias e metodologias, que possibilitem uma melhor construção do conhecimento, auxiliando e estimulando os educandos para pensarem de forma crítica, por meio da troca de experiências, que os formem mutuamente – professor e aluno –, em um diálogo interativo, reformulando o conjunto de valores sociais e éticos que estão envolvidos, de forma produtiva para a aquisição da cidadania e do pensamento crítico-reflexivo.

paradigmas em relação ao desenvolvimento de políticas públicas de educação e de práticas pedagógicas, comprometidas com a aprendizagem significativa do aluno, buscando incentivá-los durante a realização de todo o processo avaliativo na escola. Assim, os alunos são avaliados em todo seu percurso escolar no mínimo em quatro referências básicas: contexto institucional, paradigmas pedagógicos, racionalidade docente e representações.

Nesse aspecto, merece relevante destaque o papel do professor, no modo como orienta a prática avaliativa, a fim de aprimorar suas aulas e conhecer a realidade em que estamos inseridos. Ao assumir essa postura, a prática pedagógica resulta em ótimos resultados, com uma aprendizagem satisfatória dos alunos, reverberada na postura e no pensamento crítico que assumem socialmente.

Portanto, ao olharmos para os resultados em nível de União, estados e municípios, o que corresponde ao Brasil, ao Piauí e a Castelo do Piauí, pudemos traçar um

perfil da escola pública em geral, através de dados relativos à aprovação e reprovação dos alunos e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, no sentido de

promover a qualidade do ensino, tendo como foco o IDEB, índice norteador de ações e elevador da valorização social da escola pública no Brasil, perante o público que atende.

## Referencias

DEWEY, J. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

NUNES, Célia Maria Fernandes. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXII, nº 74, p. 27-42, abril/2001.

PENIN, Sônia; MARTÍNEZ, Miguel. **Profissão docente**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidades e saberes na docência. In: \_\_\_\_\_. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34.

\_\_\_\_\_; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

SHÖN, Donald. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e para a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UTSUMI, Luciana Miyuri Sado. É possível formar professores reflexivos que possam situar-se em níveis da realidade escola? Considerações acerca da formação de professores na construção de uma escola reflexiva. **Academos**: Revista Eletrônica da FIA, vol.II, n.2, jul-Dez, p. 69-77, 2006. Disponível em: < [http://intranet.fainam.edu.br/aceso\\_site/fia/academos/revista2/7.pdf](http://intranet.fainam.edu.br/aceso_site/fia/academos/revista2/7.pdf) >. Acesso em: 04 abr. 2017.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. Estar professora – ser professora: identidade profissional de professoras primárias. **23ª Reunião Anual da Anped**, 2000. Disponível em: < [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br) >. Acesso em: 10 jul. 2017.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.